

## UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS: ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS E FACULTATIVAS

### A GLANCE AT THE ADAPTED PHYSICAL EDUCATION IN THE PUBLIC UNIVERSITIES IN THE STATE OF SÃO PAULO, BRAZIL: MANDATORY AND OPTIONAL ACTIVITIES

Elizabeth Ferreira\*  
Raphael Gregory Bazílio Lopes\*\*  
Raul Ferreira\*\*\*  
Vilma Lení Nista-Piccolo\*\*\*\*

---

#### RESUMO

Este estudo objetiva verificar como o tema “Educação Física Adaptada” é abordado durante a formação profissional em dez cursos de graduação em Educação Física nas Instituições públicas (estaduais e federais) de Ensino Superior do estado de São Paulo. Nessa pesquisa descritiva, foram analisados dados documentais disponíveis nos websites desses cursos, além das entrevistas semiestruturadas realizadas com os docentes responsáveis pelas disciplinas que discutem essa temática. Todos os cursos analisados dedicam parte da carga didática à disciplina de Educação Física Adaptada que, com estágios obrigatórios e atividades complementares, totalizam entre 60 e 250 horas, e contempla, pelo menos, uma modalidade de atividade de caráter facultativo, como projetos de extensão à comunidade e grupos de estudo e pesquisa dedicados à Educação Física Adaptada. Consideramos que todos os cursos se ocupam em aprofundar os conhecimentos na temática, o que pode repercutir positivamente na intervenção dos futuros profissionais junto a esse público.

**Palavras-chave:** Educação Física e Treinamento. Pessoas com Deficiência. Formação de Recursos Humanos.

---

#### INTRODUÇÃO

A formação profissional em Educação Física passou por mudanças curriculares pautadas na necessidade de especificar os campos de atuação profissional, diferenciando a formação do licenciado e do bacharel em Educação Física. Além disso, foram colocados em discussão os currículos com predomínio das dimensões técnico-biológicas e desportivas, em contrapartida às necessidades do ser humano multidimensional atendido nas aulas de Educação Física. O atual currículo, orientado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve

englobar conhecimentos biológicos, humanos, técnicos e os que compõem a dimensão Cultural do Movimento Humano, tais como os jogos, danças, lutas, ginásticas e esportes (ANDRADE FILHO, 2001; AZEVEDO; MALINA, 2004; FERNANDES; VENDITTI JUNIOR., 2008; PORTO, 2001).

Nos cursos de Bacharelado em Educação Física, o profissional é habilitado a atuar em quaisquer locais onde atividades físicas e esportivas ocorram, exceto na Educação Básica, na qual poderão atuar somente aqueles que frequentaram cursos de Licenciatura em Educação Física. As duas

---

\* Professora. Rede Municipal de Franco da Rocha, Franco da Rocha-SP, Brasil.

\*\* Professor. Rede Estadual e Municipal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

\*\*\* Especialista em Educação Física Escolar, São Paulo- SP, Brasil.

\*\*\*\* Doutora. Programa de Pós Graduação da Universidade do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, Brasil.

habilitações abrangem a relação do homem com a sociedade, as dimensões culturais, biológicas, sociais, psicológicas do movimento, bem como a produção de conhecimento (ANTUNES, 2007).

Além do local de atuação, outra diferença significativa entre as duas modalidades de formação profissional está na carga horária e nas atividades que obrigatoriamente deverão ser desenvolvidas durante a formação. A Resolução CNE/CP 02/2002 (BRASIL, 2002a) estabelece que os cursos de Formação de Professores para a Educação Básica devem contemplar o mínimo de 2800 (duas mil e oitocentas) horas, assim distribuídas:

- I) 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural. Essas horas são distribuídas em disciplinas da matriz curricular dos cursos, que aqui serão identificadas como carga didática. A diferenciação entre carga didática e carga horária visa distinguir as atividades nas quais há uma intervenção direta do professor nos processos de ensino-aprendizagem, ou seja, horas em disciplinas (carga didática), daquelas em que situações de aprendizagem ocorrem, porém sem a mediação do ato de ensinar, cujas horas de estudo serão aqui identificadas como carga horária;
- II) 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, que deve ser realizada ao longo do curso, sendo caracterizada pela correlação entre teoria e prática. O Parecer 28/2001 (BRASIL, 2002b) indica que prática como componente curricular mobiliza os conhecimentos teóricos, ampliando-os numa relação dialética, em que o saber e o fazer são constantemente ressignificados;
- III) 400 (quatrocentas) horas de estágio

curricular supervisionado, atividade caracterizada pela permanência do graduando em um contexto em que a ação profissional se desenvolve, estabelecendo-se uma relação pedagógica entre o aluno estagiário e o professor orientador;

- IV) 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais (AACC), em que seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, projetos de ensino, ensino dirigido, entre outros, podem ser agregados e reconhecidos por enriquecerem o processo formativo, desde que tenham a orientação de um docente e que sejam previstas no projeto pedagógico do curso.

Já o Bacharelado em Educação Física não traz uma divisão de carga horária tão específica quanto a Licenciatura. De acordo com o Parecer CNE/CES 58/2004 (BRASIL, 2004), deve contemplar o mínimo de 3200 horas, das quais até 20% devem ser dedicadas ao estágio supervisionado e às atividades complementares. O mesmo parecer descreve as atividades complementares como uma oportunidade de enriquecimento do processo formativo, incluindo participações em eventos científicos, seminários, exposições e monitorias, entre outras atividades. Notamos, portanto, que se trata de atividades da mesma natureza que as AACCs.

A legislação mencionada estabelece alguns dos critérios para a formação profissional nos quais deve se pautar a elaboração dos

projetos pedagógicos dos cursos de Educação Física para formar um profissional responsável pela prestação de serviços à sociedade, que articule os conhecimentos obtidos na formação acadêmica com uma atuação reflexiva e capaz de transformar o ambiente no qual irá intervir (FREIRE; VERENGUER; REIS, 2002). Lovisolo (1995) completa que o Profissional de Educação Física é formado para relacionar conhecimentos, técnicas e tecnologias para atingir objetivos sociais.

Assim, entendemos que esse profissional deva ter conhecimentos especializados para lidar com a diversidade de pessoas atendidas nas aulas de Educação Física. Nesse sentido, os cursos de graduação não podem deixar de discutir a intervenção voltada às pessoas com deficiência e adaptações de atividades físicas, já que esse público está progressivamente buscando práticas de atividades físicas, e o profissional precisa estar pronto para atendê-lo.

Segundo Zavareze (2009), na década de 1980, os conteúdos discutidos durante os cursos de graduação em Educação Física se distanciavam da realidade dos profissionais atuantes em atividades aplicadas às pessoas com deficiências físicas, ressaltando que esses cursos precisavam sofrer mudanças para atender às especificidades da diversidade do público atendido.

Essas necessidades emergentes geraram discussões na comunidade acadêmica da área, visando uma reestruturação da formação profissional em Educação Física no Brasil. Iniciadas na década de 1970, essas discussões culminaram no Parecer 215/87 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1987a), trazendo à tona a síntese de encontros realizados durante quase uma década. Entre as mudanças curriculares apontadas nesse parecer, está a sugestão da inclusão da disciplina Educação Física e Esporte Especial, a ser inserida nos

conhecimentos técnicos abordados na formação em Educação Física. O que foi indicado nesse parecer passou a vigorar com a publicação da Resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1987b).

Kunz, Garcia, Resende, Castro e Moreira (1998) apontam que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem propor uma organização curricular que inclua conhecimentos relacionados a pessoas com diferentes e peculiares condições, de forma que o profissional se sinta apto a intervir junto a esse público. Em geral, esses conhecimentos são relacionados às adaptações exigidas na prática de atividades físicas e de esporte.

Atualmente, muitos dos cursos de formação em Educação Física oferecem, pelo menos, uma disciplina para tratar dessa temática cujo conhecimento contribui para que os futuros profissionais da área compreendam que essas pessoas podem possuir necessidades muito diferentes, bem como diferentes condições para a prática de atividade física. Podem, ainda, detectar que pessoas com deficiência são encontradas não apenas em ambientes segregados, mas em quaisquer contextos atendidos por profissionais de Educação Física.

Cidade, Freitas e Pedrinelli (2001) indicam que essa disciplina recebe diferentes denominações, como Atividade Motora Adaptada, Educação Física Especial, Educação Física Adaptada, entre outras. As autoras acrescentam que, em algumas instituições, há também outras disciplinas que tratam, em seus conteúdos, do atendimento às pessoas com deficiência, como Basquetebol, Atividades Aquáticas, Crescimento e Desenvolvimento Humano, apontando para o que Reid (2000) designou “infusão de conhecimentos”. Isso acontece quando a Educação Física Adaptada é discutida nas diferentes disciplinas do currículo, através da associação de termos,

conceitos e especificidades de que cada área dispõe para contextualizar a intervenção nessa subárea, facilitando a compreensão dos graduandos acerca do atendimento às pessoas com deficiência.

Winnick (2004) explica que a Educação Física Adaptada é uma subárea da Educação Física que engloba as suas intervenções típicas em programas individualizados, voltados ao atendimento das necessidades específicas das pessoas, em que adaptações são realizadas para possibilitar a sua participação em atividades dessa natureza.

Não é nada fácil tratar de conceitos e definições, mas pode-se considerar que a Educação Física Adaptada é uma parte da Educação Física cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. Atividades como ginástica, dança, jogos e esporte, conteúdos de qualquer programa de atividade física, devem ser consideradas tendo em vista o potencial de desenvolvimento pessoal (e não a deficiência em si) (PEDRINELLI; VERENGUER, 2008, p. 4).

Reid (2000) indica que uma disciplina que verse sobre a Educação Física Adaptada deve fornecer subsídios para que o futuro profissional conheça conceitos, procedimentos e atitudes necessários à atuação com pessoas com deficiência, com as quais provavelmente terá contato em algum momento de sua carreira.

É consenso que o conhecimento ensinado nessa disciplina deve permitir que o graduando compreenda as características da pessoa com deficiência e como isso influencia

a sua prática de atividade física, levando o futuro professor de Educação Física a ampliar suas possibilidades de atuação, permitindo a inclusão social em suas aulas.

Vale ressaltar que não basta apenas a formação de nível superior. Gonçalves (2002) indica que os cursos de extensão, o aprofundamento de conhecimento científico específico do assunto, abordado e atualizado pelos principais periódicos e anais de eventos, são essenciais para que o profissional possa ser reflexivo e crítico e, assim, tenha condições de aplicar o conhecimento adquirido, pelos diferentes meios, para discutir as possibilidades da prática de atividades físicas por pessoas com deficiência.

Desse modo, visando compreender o que os cursos de graduação em Educação Física oferecem aos alunos de conhecimento e ações voltadas ao preparo para a intervenção com pessoas com deficiência, o objetivo deste estudo é verificar como está organizado o conhecimento relacionado a essa temática em todos os cursos de graduação em Educação Física oferecidos em Instituições públicas (estaduais e federais) de Ensino Superior no estado de São Paulo.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa descritiva (GIL, 2007) buscou, em uma abordagem qualitativa, compreender, de forma mais ampla, quais são as atividades oferecidas aos graduandos em Educação Física, visando à compreensão das peculiaridades de pessoas com deficiência nos contextos em que as atividades físicas ocorrem. Para isso, articularam-se leituras e interpretações de fontes primárias sobre aspectos que norteiam essa formação, somadas às entrevistas semiestruturadas realizadas com

os docentes responsáveis pelas disciplinas dedicadas a essa temática, nas IES públicas do estado.

A amostra foi constituída por todos os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física oferecidos em instituições estaduais e federais paulistas. A opção pelas IES públicas se deu pela obrigatoriedade de os seus documentos serem disponibilizados e atualizados em seus respectivos sites, fator que nem sempre é cumprido pelas IES particulares, o que as torna muito menos acessíveis aos pesquisadores. A busca pelos cursos foi realizada na ferramenta e-MEC, disponível em <http://emec.mec.gov.br/>, incluindo apenas aqueles cuja situação era “em atividade” no ano de 2010, quando a amostra foi selecionada. Encontramos 10 cursos, aqui identificados com algarismos arábicos. Os cursos 1, 2, 4, 6, 8 e 10 correspondem à Licenciatura e os cursos 3, 5, 7 e 9, ao Bacharelado.

O aporte documental foi coletado nos websites dos cursos analisados entre os anos de 2010 e 2013, nos quais foram verificadas as matrizes curriculares dos cursos de Educação Física de todos os cursos, a partir das quais foram identificadas as disciplinas dedicadas à temática, com suas respectivas cargas didáticas. Tivemos acesso aos planos de curso referentes a essas disciplinas dos seguintes cursos: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 e aos projetos pedagógicos dos cursos 3, 5, 6, 7, 8 e 10, nos quais foram identificadas as especificidades sobre esse tema para a formação profissional no curso, bem como as características do estágio supervisionado e das atividades acadêmico-científico-culturais. Levantamos referências que indicassem se era obrigatório que os graduandos se envolvessem em AACCC e estágio relacionado às pessoas com deficiência e o que os cursos exigiam como forma de cumprimento dessas ações. Nos websites, também foram coletadas informações

sobre a oferta de projetos de extensão e de grupos de estudos e pesquisa. O diretório de grupos de estudos e pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>) também foi consultado para reunir informações não contempladas nos websites das instituições.

Buscando agregar dados que pudessem aprofundar a compreensão do fenômeno pesquisado, foram realizadas entrevistas com, ao menos, um docente responsável por uma disciplina que abordasse a Educação Física Adaptada. Como esse procedimento mostrou-se como um fator limitante em algumas IES, decidimos entrevistar um docente locado no departamento ao qual a disciplina estivesse vinculada, nos cursos analisados. A coleta de dados, realizada em 2010, se deu após assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que faz parte do projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu, protocolado sob o nº. 077/2010.

Os docentes entrevistados foram representados por letras maiúsculas e sua identificação compôs um código alfanumérico com o curso correspondente, conforme segue: 1A, 2E, 3C, 4D, 5F, 6C, 7B, 8F, 9 e 10G. No período em que esta pesquisa foi desenvolvida, não foi possível entrevistar o docente responsável pela disciplina específica, devido à incompatibilidade de sua agenda naquele momento, assim como não foi apresentado aos pesquisadores um docente do mesmo departamento que se dispusesse a isso no curso 9. Face o tempo restrito que, em geral, as pesquisas têm, esse impedimento mostrou-se como fator limitante, mas não interferiu nos resultados, já que as discussões geradas não focam a generalização dos cursos, mas, sim, o *nomos* apresentado nas informações coletadas.

A análise dos dados seguiu os momentos descritos por Martins e Bicudo (2003) que apontam:

*1º momento:* Descrição dos dados obtidos, com o objetivo de estabelecer o sentido geral das concepções expostas, atentando para todos os detalhes dos discursos encontrados.

*2º momento:* Redução dos trechos descritos e constituição de unidades de significado que expressam as ideias que se destacam no discurso analisado.

*3º momento:* A interpretação é caracterizada pela análise de duas variáveis finais na busca da compreensão do fenômeno estudado:

- a. Análise ideográfica, representando as ideias individuais de cada elemento da amostra. Entretanto, essas análises não serão expostas no presente artigo, visando uma apresentação mais sintética dos resultados, coerente com a natureza desta comunicação científica;
- b. Análise nomotética, que leva em conta a compreensão de diversos casos individuais para a formulação dos pontos de convergências e divergências que se apresentam.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos dados, foi possível verificar quais são as atividades que abordam as pessoas com deficiência e cuja participação é de caráter obrigatória, tais como disciplinas específicas, estágio curricular desenvolvido na área e atividades acadêmico-científico-culturais. As atividades cuja participação é de caráter facultativo foram encontradas nos projetos de extensão e nas atividades desenvolvidas por grupos de estudos e pesquisa.

A seguir, são apontadas as especificidades das atividades oferecidas em cada curso, tanto as obrigatórias quanto as facultativas, as quais se mostram, a nosso ver, como conhecimentos importantes não só para a formação como para a atuação do futuro docente.

### Atividades obrigatórias

Com base no disposto na Resolução CNE/CP02/2002 (BRASIL, 2002a) e no Parecer CNE/CES 58/2004 (BRASIL, 2004), que, respectivamente, versam sobre a carga horária dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, buscamos dados sobre a oferta de disciplinas relacionadas à Educação Física Adaptada e Libras, além de carga horária de estágio supervisionado e AACC com indicação de cumprimento obrigatório em atividade relacionada a essas disciplinas.

A disciplina Educação Física Adaptada recebe diferentes denominações nos diferentes cursos, tais como: Educação Física Adaptada; Educação Física para Alunos com Deficiência; Educação Física Escolar Especial; Esporte Adaptado, Atividade Física Grupos Diferenciados; Atividade Física para pessoas com deficiência ou inaptidão; Educação Física Escolar e Portadores de Necessidades Especiais. De forma geral, essas disciplinas discutem a caracterização das pessoas com deficiência nos aspectos anatômicos, fisiológicos, neurológicos e psicológicos, além de referenciar a trajetória sócio-histórica e legal desse público. Abordam, ainda, os esportes adaptados e os procedimentos pedagógicos voltados ao atendimento das pessoas com diferentes e peculiares condições para a prática de atividade física.

Esses temas são desenvolvidos predominantemente por meio de aulas expositivas, práticas simuladas, aulas dialogadas (discus-

sões, debates, trocas de experiência e dinâmicas de grupo), porém também são realizadas pesquisas bibliográficas, seminários e apresentações de trabalhos, projetos, visitas técnicas e estudos dirigidos. Notamos, portanto, que os conteúdos são abordados, adotando-se diferentes estratégias tanto de caráter teórico quanto prático.

A Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) é uma disciplina relacionada às pessoas com deficiência, contudo consideramos que não poderia ser agrupada às outras disciplinas denominadas aqui “Educação Física Adaptada” porque ela não discute os modos de intervenção com pessoas com deficiência auditiva e, sim, a forma de comunicar-se com ela. Além disso, desde 2009, este é um componente obrigatório para os cursos de Licenciatura e eletiva para os cursos de Bacharelado e, por essas razões, consideramos que cabia salientar sua presença ou ausência nos cursos analisados.

A Tabela 1 apresenta a carga didática dessas disciplinas e a carga horária de estágio supervisionado e AACC relacionadas a elas.

**Tabela 1** - Carga horária nos cursos de graduação (indicação em horas)

CURSOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Disciplinas relacionadas à Educação Física Adaptada	140	90	150	60	60	120	80	60	180	90
Introdução à Língua Brasileira de Sinais	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0
Estágio curricular na temática	20	0	100	0	0	100	0	0	0	0
Atividades acadêmico-científico-culturais	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>90</b>	<b>250</b>	<b>90</b>	<b>60</b>	<b>220</b>	<b>80</b>	<b>60</b>	<b>180</b>	<b>90</b>

Quatro aspectos se destacam na análise da Tabela. Um deles é a divergência na carga horária dedicada ao estudo das pessoas com deficiência, que varia entre 60 e 250 horas.

Essa divergência torna-se mais evidente quando analisamos qual a representatividade percentual dessa carga horária no total do curso, dados apresentados no Quadro 1.

CURSO	CARGA HORÁRIA		
	Educação Física Adaptada	Total	%
3	250	3240	7,72
6	220	3300	6,67
1	180	3870	4,65
9	180	4335	4,15
2	90	3240	2,78
4	90	3240	2,78
10	90	3720	2,42
7	80	4540	1,76
5	60	4040	1,49
8	60	4160	1,44

**Quadro 1** - Percentual da carga horária dos cursos dedicada ao tema “Educação Física Adaptada”

O quadro acima nos mostra que o percentual da carga horária em Educação Física

Adaptada varia entre 1,44 e 7,72, com destaque para o fato de que três dos quatro cursos com a maior carga horária total (cursos 5, 7 e 8) são os que menos horas dedicam à Educação Física Adaptada. Inversamente, o curso 3 tem o maior

percentual de estudos na temática e a menor carga horária total.

Dando continuidade à análise da Tabela 1, outro dado de destaque é a total convergência na oferta de disciplinas relacionadas à Educação Física Adaptada, presente em todos os cursos. Entretanto, encontramos uma diversidade de carga horária, com variações de 60 a 180 horas. Borella (2010) desenvolveu um estudo que analisava essas disciplinas, contemplando 160 cursos de 21 estados brasileiros, oferecidos por instituições públicas e privadas. Seus resultados indicam cargas horárias bastante distintas no território nacional, variando entre 30 e 120 horas, sendo mais frequente a oferta de disciplinas com 60 horas-aula. Já Gonçalves (2002) desenvolveu um estudo em 6 IES do estado de Goiás (5 públicas e 1 particular), no qual a autora verificou que essas disciplinas ocupam entre 60 e 248 horas-aula do total do curso. Percebemos, então, que a carga horária mínima é igual nas IES públicas paulistas e nas goianas e bastante superior ao mínimo exigido em território nacional, apontado por Borella (2010). Quanto à carga horária máxima, esta é maior na análise das IES goianas. Assim, podemos considerar que os cursos que dedicam maior tempo de estudos a essa temática oferecem maior possibilidade de avanços nessas discussões, o que pode contribuir para que os graduandos tenham maior compreensão sobre suas futuras atuações na área. O fator que nos limita interpretar se esses graduandos realmente saem capacitados para atuações com essa especificidade está na impossibilidade de entrevistá-los nesta pesquisa, o que poderá ser realizado futuramente.

Já a disciplina Libras figura como um terceiro ponto de destaque na análise da Tabela 1, por ser oferecida apenas pelo curso 4. O capítulo II do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) indica

a obrigatoriedade desses conhecimentos em todos os cursos de Licenciatura, e oferta de forma optativa nos cursos de Bacharelado. Portanto, constata-se uma inadequação nos cursos 1, 2, 6, 8 e 10 que, por tratar-se de Licenciaturas, já deveriam indicar, em suas matrizes curriculares, que esses conhecimentos são contemplados durante a formação dos professores de Educação Física. Assim, apenas o curso 4 já está de acordo com o disposto no Decreto, fazendo-se necessária a adequação dos cursos que não atendem aos pressupostos legais com a inserção dessa disciplina.

O último ponto de destaque é a alta divergência na obrigatoriedade de estágio supervisionado e de AACC em Educação Física Adaptada. Cabe ressaltar que não pretendemos indicar que essas modalidades de formação deveriam ser obrigatórias, apenas ressaltamos sua presença nos cursos analisados e discutimos o que isso acarreta na formação dos profissionais que frequentam esses cursos.

O estágio supervisionado é oferecido pelos cursos 1, 3 e 6. Percebemos que esses três cursos apoiam-se em referenciais de formação coerentes com a posição de Palla e Mauerberg-de Castro (2004), autoras que argumentam que o estágio obrigatório em Educação Física Adaptada é um auxiliar no combate à falta de qualificação profissional para atuação com pessoas com deficiência, reforçando conteúdos tratados durante as aulas da disciplina. Essa posição também é apoiada por Tardif (2002), quando aponta que a integração dos saberes teóricos e práticos valida os saberes técnicos. E, quando esses conteúdos são discutidos com os alunos da graduação, os graduandos poderão, junto aos docentes, estabelecer as relações necessárias entre as questões teóricas demonstradas e suas problemáticas concretas. Assim, é possível inferir que os cursos que exigem estágio na área de Educação Física



Adaptada possibilitam ao aluno compreender a relação entre os temas discutidos nas disciplinas e os contextos de atuação. Durante uma das entrevistas, um docente afirmou que é necessário

“Quebrar barreiras que as pessoas têm para lidar com pessoas com deficiência. Infusão de conhecimento nas disciplinas que trabalham diferentes modalidades e outras áreas de conhecimento em Educação Física Adaptada acabando com a necessidade de ter uma disciplina específica que aborde esta questão. Uma disciplina que aconteça dentro do estágio, ou seja, horas de estágio direcionadas para prática e vivência junto às pessoas com deficiência (Docente E)”.

Por fim, verificamos que apenas o curso 1 direciona parte de sua carga horária de atividades acadêmico-científico-culturais para a Educação Física Adaptada, representando 10% da carga horária destinada a essa modalidade de formação, nos termos da Resolução CNE/CP 02/2002 (BRASIL, 2002a). Esse curso não indica como as AACC devem ser realizadas, apenas qual é a carga horária destinada a ela. Entretanto, levando em conta o disposto na resolução mencionada, podem ser atividades de enriquecimento acadêmico, científico e/ou cultural, como a participação em eventos científicos, exposições, feiras, entre outros. Ao discutirem a importância das AACC na formação profissional em Educação Física, Silva, Melo, Nunes e Moura (2012) discorrem sobre as mazelas da formação inicial no Brasil, salientando que a obrigatoriedade dessas atividades pode servir para dirimir uma defasagem formativa dos futuros profissionais. Para os autores,

o problema da falta de oportunidade para o desenvolvimento cultural na formação do professor foi um ponto crucial que levou a considerar a necessidade de intervenções interdisciplinares e transdisciplinares como possibilidades para mudar a realidade do ensino habitualmente limitado à sala de aula. Buscou-se, portanto, superar o fracionamento dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas decorrente da educação fortemente marcada pela disciplinaridade que, por sua vez, dificulta a preparação para viver a complexidade da atualidade, não potencializando o desenvolvimento global do ser humano. (SILVA; MELO; NUNES; MOURA, 2012, p. 94-95).

De acordo com o que é apresentado na legislação vigente e discutido por Silva, Melo, Nunes e Moura (2012), consideramos que a exigência de parte da carga horária de AACC em Educação Física Adaptada pode ser um importante mecanismo de ampliação dos conhecimentos dos graduandos, posto que permitirá o contato com uma diversidade de públicos e aplicações para a prática profissional, que pode não ser contemplado apenas com a discussão da temática em uma disciplina.

Isto posto, percebemos que todos os cursos analisados dedicam parte da carga horária obrigatória da graduação em Educação Física ao estudo das atividades físicas para pessoas com deficiência em seus aspectos teóricos e práticos. De certo modo, isso vem demonstrar certa preocupação das IES para com esses conhecimentos a serem desenvolvidos na formação de seus alunos. O curso 1 se destacou por ser o único a oferecer aos graduandos a oportunidade de integrar conhecimentos da maior diversidade de fontes para compor os conhecimentos relacionados à

temática das pessoas com deficiência, a partir da obrigatoriedade de frequência em atividades acadêmico-científico-culturais e em estágio supervisionado na área.

Após o agrupamento das atividades facultativas nessas duas categorias, foi elaborada a matriz nomotética 1, que demonstra a distribuição de atividades de pesquisa e extensão nos cursos analisados.

**Matriz nomotética 1** - Atividades extracurriculares nos cursos de graduação

ASPECTOS VERIFICADOS	CURSOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Projetos de extensão à comunidade	X	X	X		X	X	X	X	X	X
Grupos de estudos e pesquisa específicos sobre o tema	X	X	X	X	X	X		X	X	X

### Atividades facultativas

Durante a análise documental deste estudo, percebemos que as instituições participantes desenvolviam diversas práticas de participação facultativa ao aluno, mas que poderiam ser fonte de ampliação do conhecimento e mesmo de vivência da intervenção com pessoas com deficiência, o que poderia ser um diferencial na formação comparado a cursos que não dispõem dessas atividades.

Partindo dessa percepção inicial, relacionamos as atividades de caráter facultativo ligadas às atividades físicas para pessoas com deficiência, as quais foram listadas e posteriormente agrupadas em:

- I) Grupos de estudo e pesquisa específicos sobre a atividade física para pessoas com deficiência, abrangendo todas as atividades voltadas ao aprofundamento teórico em Educação Física Adaptada;
- II) Projetos de extensão à comunidade que integram uma categoria a qual agrupa as atividades que permitem ao graduando executar ou acompanhar ações voltadas às pessoas com deficiência.

Percebemos a alta convergência relacionada à oferta de atividades facultativas, quer em grupos de estudo e pesquisa, quer em projetos de extensão. Os cursos 4 e 7 são os únicos que não oferecem atividades em ambas as categorias de atividades facultativas.

Partimos para a análise minuciosa de cada categoria de atividade, por considerarmos que pode esclarecer o foco dado aos estudos em cada curso.

No que concerne aos projetos de extensão, encontramos referência a 16 atividades, que são voltadas à oferta de atividades esportivas, atividades terapêuticas, estimulação motora, oferta de tecnologias assistivas, preparação física e atendimento educacional, cuja distribuição por curso é apresentada na matriz nomotética 2. Apenas o curso 4 não oferece esses projetos aos seus alunos.

A maior convergência nas atividades oferecidas foi em esportes adaptados, que não são contemplados apenas nos cursos 1 e 9. Os esportes adaptados oferecidos são handebol em cadeira de rodas, esgrima em cadeira de rodas, rúgbi, natação adaptada, basquetebol sobre rodas e goalball. Figuram como divergências as atividades de estimulação motora, presentes apenas nos cursos 2, 5 e 8,

**Matriz nomotética 2 - Síntese das atividades ofertadas nos projetos de extensão**

ATIVIDADES OFERTADAS	CURSOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Atividades esportivas		X	X		X	X	X	X		X
Atividades terapêuticas										X
Estimulação motora		X			X			X		
Tecnologias assistivas		X								
Preparação Física	X								X	
Atendimento educacional		X					X			

seguidas pelas atividades de preparação física, as quais são oferecidas nos cursos 1 e 9, e pelo atendimento educacional especializado, atividade desenvolvida nos cursos 2 e 7. As maiores divergências estão retratadas na oferta de atividades terapêuticas no curso 10, e de tecnologias assistivas no curso 2.

Nota-se que o curso 2 destaca-se por disponibilizar aos seus alunos a maior variedade de atividades de extensão em Educação Física Adaptada, enquanto o curso 4 é o único a não oferecer nenhuma atividade nessa área.

Vieira, L., Vieira, J. e Fernandes (2006) apontam para a importância dessas práticas como desencadeadoras de relações entre teoria e prática, permitindo a integração de conhecimentos e formas de intervenção, oportunizando a reflexão acerca da ação profissional. Além disso, essas atividades são uma oportunidade de superar a barreira de relacionamento com as pessoas com deficiência, conforme descrito por Gonçalves (2002).

Nos cursos analisados, fica evidente que os projetos de extensão são uma oportunidade adicional para que os graduandos tenham contato com pessoas com diferentes e peculiares condições para a prática de atividade física, visando à aproximação aos contextos de prática profissional e à aplicação de procedimentos de intervenção específicos a cada público.

Os grupos de estudos e pesquisa estavam presentes em nove dos dez cursos analisados. A descrição desses grupos remetia a um ou mais assuntos estudados cuja análise permitiu o agrupamento por tema, elencado a seguir:

- a. Deficiências, transtornos e afins, incluindo alguns tipos de deficiências físicas e deficiências intelectuais, além de transtornos de coordenação motora e outros problemas motores;
- b. Inclusão, categoria que considera o processo de inclusão social e educacional, a igualdade de condições e a ruptura com estigmas, além das políticas públicas e da acessibilidade;
- c. Tecnologias assistivas, que são recursos que permitem ampliar as possibilidades das pessoas para atuar de modo mais autônomo;
- d. Educação física escolar, incluindo a Educação Física Escolar, a Psicomotricidade e as práticas educativas dirigidas às pessoas com deficiência;
- e. Modalidades esportivas adaptadas, categoria em que foram agrupadas as modalidades esportivas adaptadas, o treinamento e o estudo do desempenho de atletas;
- f. Outras atividades físicas, englobando dança, lazer e recreação;

- g. Desenvolvimento humano, comportamento e ação motora. Nesse item, foram consideradas as menções aos processos adaptativos no desenvolvimento, às restrições biológicas oriundas das deficiências, as alterações no comportamento motor e à percepção e ação motora da pessoa com deficiência;
- h. Avaliação física, exercício físico e reabilitação;
- i. Métodos e estratégias de intervenção, agrupando as estratégias de ensino e aprendizagem;
- j. Formação profissional, em que foram considerados os aspectos da formação do profissional que atuará junto às pessoas com deficiência;
- k. Percepção da imagem corporal.

Dada a diversidade de temas abordados nesses grupos de estudos, a distribuição temática por curso está detalhada na matriz nomotética 3.

A maior convergência nos temas estudados refere-se ao Desenvolvimento humano, comportamento e ação motora, que só não é estudado pelos grupos dos cursos 4 e 10. Outros temas também são apresentados em diversos grupos: avaliação física, exercício físico e reabilitação (cursos 1, 3, 5, 6, 8 e 9), inclusão (cursos 1, 3, 6, 9 e 10), modalidades esportivas adaptadas (cursos 1, 3, 4, 6 e 9), métodos e estratégias de intervenção (cursos 3, 5, 6 e 8) e formação profissional (cursos 2, 3, 6 e 10). Os temas divergentes estudados foram Educação Física escolar e outras atividades físicas (nos cursos 2, 3 e 6), deficiências, transtornos e afins (cursos 1 e 9), percepção da imagem corporal e tecnologias assistivas (cursos 5 e 8). Os cursos 3 e 6 apresentaram a maior variedade de temas abordados em grupos de estudos e pesquisas, contemplando oito dos onze temas encontrados. Já o curso 7 destaca-se como o único a não oferecer grupos de estudos e pesquisa.

Para Gamboa (2003), faz parte da dinâmica de um grupo de estudos e pesquisa o acompanhamento de publicações, a produção e

**Matriz nomotética 3** - Síntese dos temas abordados nos grupos de estudos

TEMAS ABORDADOS	CURSOS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Deficiências, transtornos e afins	X								X	
Inclusão	X		X			X			X	X
Tecnologias assistivas					X			X		
Educação física escolar		X	X			X				
Modalidades esportivas adaptadas	X		X	X		X			X	
Outras atividades físicas		X	X			X				
Desenvolvimento humano, comportamento e ação motora	X	X	X		X	X		X	X	
Avaliação física, exercício físico e reabilitação	X		X		X	X		X	X	
Métodos e estratégias de intervenção			X		X	X		X		
Formação profissional		X	X			X				X
Percepção da imagem corporal					X			X		

o intercâmbio de conhecimentos que permitirão o aprofundamento teórico sobre a temática estudada. Entendemos que a existência de grupos de estudos e pesquisa em Educação Física Adaptada, na maioria dos cursos analisados, sugere que as IES participantes do presente estudo oferecem aos graduandos em Educação Física a possibilidade de uma formação teórica mais aprofundada nessa temática.

A partir do exposto, considerando que os dados supra-analisados indicam que todos os cursos de Educação Física das IES públicas do Estado de São Paulo oferecem, pelo menos, uma das duas modalidades de formação, notamos um avanço na formação profissional em Educação Física nos últimos anos e a preocupação das IES públicas (estaduais e federais) do estado de São Paulo em ampliar os conhecimentos teóricos e as vivências práticas junto às pessoas com deficiência, como forma de reduzir as dificuldades encontradas pelos profissionais recém-formados, principalmente no que concerne à diversidade biológica, social, psicológica e cultural. Além disso, é uma oportunidade de instigar o interesse na atuação junto a essas pessoas, ideia recorrente no discurso dos docentes entrevistados.

Mas, para nos cientificarmos da real formação conquistada pelos futuros professores de Educação Física em relação aos seus conhecimentos adquiridos e transformados nas suas atuações, seria preciso que nossa investigação realizasse observações *in loco* do desenvolvimento dessas disciplinas, assim como entrevistas com os graduandos. No entanto, a partir da leitura desses documentos, somada aos discursos dos docentes entrevistados, e ainda pautando-nos nos autores citados acima, podemos afirmar a importância que essas atividades promovem na formação desses profissionais.

## CONCLUSÃO

Partindo da indagação em torno da qual este artigo foi desenvolvido, que se refere à abordagem da temática das pessoas com deficiência em atividades obrigatórias e facultativas nos cursos de graduação em Educação Física das IES públicas (estaduais e federais) do estado de São Paulo, é possível indicar que os cursos analisados dialogam com essa temática fundamentalmente a partir de duas vertentes: em disciplinas presentes na matriz curricular, que se dedicam a descrever as pessoas e discutir formas de intervenção; e em atividades extracurriculares, entre elas os grupos de estudos e pesquisa e as atividades de extensão à comunidade, que são de caráter facultativo e se ocupam em aprofundar os conhecimentos acerca do tema, permitindo ao graduando intervir junto a essas pessoas.

Levando em conta que a participação em atividades de pesquisa e extensão durante a formação profissional pode ser um diferencial para o aprimoramento do conhecimento e a inserção profissional em uma área específica, consideramos importante destacar que elas são amplamente ofertadas em todos os cursos analisados, o que permite identificar que essas IES estão preocupadas em ampliar a percepção dos graduandos acerca da temática. Entretanto, dado o seu caráter facultativo, não é possível aferir o quanto os graduandos chegam a se valer delas e o quão pertinentes são no exercício profissional.

Foram levantadas diversas fontes necessárias para a composição da amostra da pesquisa e, quando não foi possível obter todas as informações do curso, as interpretações foram realizadas com os dados disponíveis e completadas com as informações levantadas nas entrevistas. Essa soma de dados pode proporcionar uma visão parcial do fenômeno. Entendemos

que a impossibilidade de entrevistar o docente de um dos cursos pode ter impedido um olhar do todo, o qual pudesse permitir, talvez, um mergulho mais profundo na realidade do curso e da pesquisa dessa temática.

Além disso, alguns cursos disponibilizam todos os seus dados nos websites, os quais permaneceram, em sua maioria, inalterados no período investigado (2010-2013), cabendo questionar o quanto essas informações estão atualizadas e condizem com o que, de fato, ocorre nas IES investigadas, dificultando a leitura do fenômeno nesse recorte

temporal utilizado pela pesquisa. Considera-se que essa foi uma das limitações deste estudo.

Isso posto, consideramos essencial a realização de estudos que verifiquem a participação dos graduandos nas atividades extracurriculares, que analisem as suas percepções acerca das contribuições dessas atividades para a sua formação, no que tange à temática das pessoas com deficiência. Além disso, seria importante o desenvolvimento de uma investigação de igual teor nas IES privadas que atualmente formam um número maior de profissionais da Educação Física.

---

## ABSTRACT

This study assesses how “Adapted Physical Education” theme is addressed during vocational training in ten undergraduate courses of Physical Education in the State and Federal public Colleges of the State of São Paulo, Brazil. This descriptive research evaluation was based on documental data available in the college’s websites and also on semi-structured interviews with professors responsible for the referred discipline. All courses considered dedicate part of their didactic program to “Adapted Physical Education” that, with required internships and the complementary activities, totals between 60 - 250 h activities, and at least one optional activity modality, such as community outreach projects or study and research groups dedicated to the Adapted Physical Education. We believe that all courses are dedicated to deeply study the subject in order to increase knowledge of the topic, a fact that has the potential to positively impact on future professionals that will be working with disabled persons.

**Keywords:** Physical Education and Training. Disabled Persons. Human Resources Formation.

---

## REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, N. F. Formação profissional em Educação Física: uma súmula da discussão dos anos de 1996 a 2000. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, SP, v. 22, n. 3, p. 23-37, 2001.

ANTUNES, A. C. Mercado de trabalho e educação física: aspectos da preparação profissional. **Revista de Educação da Anhanguera Educacional**, Valinhos, v. 10, n. 10, p. 141-149, 2007.

AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 129-142, 2004.

BORELLA, D. R. **Atividade Física Adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física**. 2010. 164p. Tese (Doutorado em Educação Especial)-Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer 58, de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 18 fev. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução 2, de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 4 mar. 2002a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer 28, de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 17 jan. 2002b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer 215, de 1987. Dispõe sobre a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 10 jun. 1987a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução 03, de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 10 set. 1987b.

- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S.; PEDRINELLI, V. J. Encontro pré-congresso de professores de Educação Física Adaptada de Instituições de Ensino Superior: relato. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA. **Temas em educação Física Adaptada**. São Paulo: Sobama, 2001. p. 86-91.
- FERNANDES, C. A. F.; VENDITTI JUNIOR, R. Educação Física adaptada na formação universitária: reflexões sobre a preparação do profissional de Educação Física para a atuação com pessoas com necessidades especiais. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v. 9, n. 12, p. 118-140, 2008.
- FREIRE, E. S.; VERENGUER, R. C. G.; REIS, M. C. C. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 39-46, 2002.
- GAMBOA, S. S. As condições da produção científica em educação: do modelo da área de concentração aos desafios das linhas de pesquisa. **EDT – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 78-93, jun. 2003.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GONÇALVES, V. O. Estudo da disciplina educação física adaptada nas instituições de ensino superior. 2002. 147p. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, SP, São Paulo, 2002.
- KUNZ, E.; GARCIA, E. S.; RESENDE, H. G.; CASTRO, I. J.; MOREIRA, W. W. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em educação física: justificativas, proposições, argumentações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 37-47, set. 1998.
- LOVISOLO, H. R. Educação física: a arte da mediação. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003.
- PALLA, A. C.; MAUERBERG-DE CASTRO, E. Atitudes de professores e alunos de educação física em relação ao ensino de alunos com deficiência em ambientes inclusivos. **Revista da Sobama**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 25-34, 2004.
- PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação física adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri: Manole, 2008. p. 1-27.
- PORTO, E. T. R. A pessoa portadora de deficiência e as áreas de conhecimento no curso de Educação Física da UNIMEP. **Revista da Sobama**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 19-26, 2001.
- REID, G. Preparação profissional em atividade física adaptada: perspectivas norte americanas. **Revista da Sobama**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-4, 2000.
- SILVA, S. A. P. S.; MELO, L. F.; NUNES, H. C. B.; MOURA, S. Atividades acadêmico-científico-culturais na formação do profissional de Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 18 n. 1, p. 92-103, 2012.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- VIEIRA, L. F.; VIEIRA, J. L. L.; FERNANDES, R. Competência profissional percebida: um estudo com estudantes de Educação Física em formação inicial. **Revista da Educação Física/ UEM**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 95-105, 2006.
- WINNICK, J. P. Educação física e esportes adaptados. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.
- ZAVAREZE, T. E. A construção histórico-cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão. **Psicologia. PT**: o portal dos psicólogos, Portugal, v. 1, n. 1, p.-5, 2009.

Recebido em: 31/03/2013

Revisado em: 14/10/2013

Aceito em: 01/11/2013

---

**Endereço para correspondência:** Elizabete Ferreira, Rua Professor Domingos Cambiaghi, 155 – Vila Rosalina – CEP 07807-150 – Franco da Rocha – SP - elizabete.ferreira@outlook.com